DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 158, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares à GOIÁS TURISMO -AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO e à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no valor global de R\$ 18.610.000,00.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, usando de suas atribuições constitucionais, considerando o disposto nos arts. 9º, 10, inciso I, alineas "a" e "d", e 11 da Lei nº 19.225, de 13 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos à GOIÁS TURISMO - AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO e à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 3 (três) créditos suplementares no valor global de R\$ 18.610.000,00 (dezoito milhões, seiscentos e dez mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento-Geral do Estado, conforme o quadro 1, anexo.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são os caracterizados no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias, de acordo com o

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 23 de XIII de de

MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR

JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA

ANA CARLA ABRAO COSTA

	SUPLEMENTAÇÃ	D	
2200 - SECRETARIA DE ED 2202 - SUPERINTENDÊNCI	UCAÇÃO, CULTURA E ESPORT A EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO	E	
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
12 126 1019 2.092	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SEDUCE	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 2.867,600,00	R\$ 3.327,600,00	R\$ 460.000,00	
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
12 126 1019 2,092	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SEDUCE	4 - INVESTIMENTOS	00
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 56.600,00	R\$ 13.208.600.00	R\$ 13.150.000,00	
6603 - GOIÁS TURISMO - A	GÉNCIA ESTADUAL DE TURISM	MO	
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
23 695 1063 2.339	APOID E REALIZAÇÃO DE EVENTOS	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 1.586.572,72	R\$ 6.586.572,72	R\$ 5,000,000,00	
		VALOR TOTAL A SUPLEMENT	AR
		P\$ 18 610 000 00	

	REDUÇÃO		
2200 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE 2202 - SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO			
CLASSIF. ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONT
12 368 1019 2 364	GESTÃO EDUCACIONAL COMPARTILHADA	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00
SALDO A PROGRAMAR	VALOR BLOQUEADO	VALOR A REDUZIR	
R\$ 115.000.000,00	R\$ 13.610,000,00	R\$ 13.610.000.00	
	ESTÃO E PLANEJAMENTO		
2700 - SECRETARIA DE G 2702 - ENCARGOS GERAI CLASSIF, ORÇAMENTÂRIA		GRUPO DE DESPESA	FONT
2702 - ENCARGOS GERAI	S DO ESTADO	GRUPO DE DESPESA 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	FONTI
2702 - ENCARGOS GERAL CLASSIF, ORÇAMENTÂRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DE EMENDAS DE		5 - 1911
2702 - ENCARGOS GERAL CLASSIF, ORÇAMENTARIA 99 999 9999 9,001	DESCRIÇÃO DA AÇÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA ATENDIMENTO DE EMENDAS DE INICIATIVA PARLAMENTAR	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5 - 1911
2702 - ENCARGOS GERAL CLASSIF, ORÇAMENTARIA 99 999 9999 9,001 SALDO A PROGRAMAR	S DO ESTADO DESCRIÇÃO DA AÇÃO RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA ATRADIMENTO DE EMENAS DE INICIATIVA PARLAMENTAR VALOR BLOQUEADO	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA VALOR A REDUZIR	5 - 141

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 159, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares à SECRETARIA DA FAZENDA, no valor global de R\$ 2.650.000,00.

considerando o disposto nos arts. 10, inciso I, alinea "a", e 11 da Lei nº 19.225, de 13 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos à SECRETARIA DA FAZENDA 2 (dois) créditos suplementares no valor global de R\$ 2.650.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento-Geral do Estado, conforme o

Parágrafo único. O recurso necessário à execução do disposto neste artigo é o caracterizado no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o quadro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 23 de xunho de

MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR

JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA

<u> </u>	SUPLEMENTAÇÃ	40	
2300 - SECRETARIA DA FAZENDA 2302 - ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO			
CLASSIF, ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
28 844 0000 7,018	ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	00
SALDO CRED, SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 0,00	RS 850.000,00	R\$ 850.000,00	
CLASSIF, ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
26 844 0000 7.018	ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	00
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 0,00	R\$ 1,800,000,00	R\$ 1.800.000,00	
		VALOR TOTAL A SUPLEMENT	TAR
		R\$ 2.650.000,00	

	REDUÇÃO		
2700 - SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO 2702 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO			
CLASSIF, ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
99 999 9999 9.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	00
SALDO A PROGRAMAR	VALOR BLOQUEADO	VALOR A REDUZIR	
R\$ 0,00	R\$ 2.650.000,00	R\$ 2.650.000,00	
		VALOR TOTAL A REDUZ	R
		R\$ 2,650,000,00	

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 160, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a abertura de crédito entar à SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO , no valor de R\$ 810.000,00.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, usando de suas atribuições constitucionais, considerando o disposto nos arts. 10, inciso I, alínea "a", e 11 da Lei nº 19.225, de 13 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO 1 (um) crédito suplementar no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente Orcamento-Geral do Estado, conforme o quadro 1, anexo

Parágrafo único. O recurso necessário à execução do disposto neste artigo é o caracterizado no inciso III do \S 1º do art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o quadro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiánia, 23 de Junho de

SUPLEMENTAÇÃO

MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR

1900 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA ANA CARLA ABRAO COSTA

QUADRO 1

CLASSIF, ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
04 123 1040 2 209	CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS	4 - INVESTIMENTOS	00
SALDO CRÉD. SUPLEMENTAR	VALOR DA DESPESA	VALOR A SUPLEMENTAR	
R\$ 310.000,00	R\$ 1.120.000,00	R\$ 810,000,00	
		VALOR TOTAL A SUPLEMEN	ITAR
		R\$ 810.000,00	
UADRO 2	2000-2		
QUADRO 2	REDUÇÃO		
2700 - SECRETARIA DE GE 2702 - ENCARGOS GERAIS	ESTÃO E PLANEJAMENTO S DO ESTADO		Enure
2700 - SECRETARIA DE GE	ESTÃO E PLANEJAMENTO S DO ESTADO DESCRIÇÃO DA AÇÃO	GRUPO DE DESPESA	FONTE
2702 - ENCARGOS GERAIS	ESTÃO E PLANEJAMENTO S DO ESTADO	GRUPO DE DESPESA 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	FONTE 00

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 2016.

R\$ 810,000,00 VALOR TOTAL A REDUZIR

R\$ 810.000,00

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve exonerar, nos termos do art. 136, § 1º, inciso II, alinea "a", da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, GISELE PEREIRA DOS SANTOS, CPF/MF nº 939.333.551-68, do cargo em comissão de Assessor Especial "A", Referência V, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e nomear, com fundamento nos arts. 13, inciso I, 14, 15 e 16, inciso II, do mesmo diploma legal, GISELLE PEREIRA DOS SANTOS, CPF/MF nº 704.245.781-15, para exercê-lo ficando condicionada a eficácia deste provimento ao atendimento do an 1º do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião da respectiva posse.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em de 2016, 128º da República winho

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201600013001590, resolve exonerar FERNANDA PACHECO CARNEIRO JORGE DUTRA, CPF/MF nº 565.160.701-30, do cargo de provimento em comissão de Supervisor "B", CDA-4, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e nomear MARILDA CONCEIÇÃO PEREIRA MONTEIRO, CPF/MF nº 430.697.201-10, para exercê-lo, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao atendimento do art. 1º do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião da respectiva posse.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 23 de de 2016, 128º da República numbe

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos do art. 11, §§ 4º a 8º, da Lei n^{o} 14.469, de 16 de julho de 2003, com alterações posteriores, que institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS e tendo em vista o que consta do Processo nº 201600004031773, resolve nomear para mandato de 02 (dois) anos os seguintes Conselheiros, titulares e suplentes, do Conselho Diretor, presidido pela titular da Secretaria de Estado da Fazenda, administrador do citado Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS -, representantes:

I - da sociedade civil organizada:

a) MARIA ISABEL DA SILVA LIMA e ÉVERSON DE FARIA MELLO, titular e suplente, inscritos no CPF/MF sob os nº 081.529.181-72 e 217.189.621-34, respectivamente

b) KARLYLE DE OLIVEIRA e VITOR PRAVATO, titular e suplente, inscritos no CPF/MF sob os n^{25} 763.253.501-20 e 007.689.007-43, respectivamente

II - do setor empresarial:

a) ANTÔNIO DE SOUSA ALMEIDA e LEANDRO GONDIM SILVA, titular e suplente, inscritos no CPF/MF sob os nº 055.970.131-49 e 761.124.111-72, respectivamente

b) EUCLIDES BARBO DE SIQUEIRA e MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI, titular e suplente, inscritos no CPF/MF sob os nº 252.619.591-87 e 162.665.361-53, respectivamente.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em numbe de 2016, 128º da República.

> MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR Ana Carla Abrão Costa

DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 201100006005633, em especial do Parecer nº 003433/2015, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000294/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, e Despacho nº 1921/2016-SCAP-, da Superintendência Central de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, resolve, com fundamento no art. 136, § 1º, inciso II, alinea "d", da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, exonerar, de ofício, MARIA LÚCIA ALVES PACHECO, CPF/MF nº 283.815.561-04, do cargo efetivo de Professor III, Referência "C", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 23 de jumbe de 2016, 128º da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

SECRETARIA DE GESTAO E **PLANEJAMENTO**

ESTADO DE GOIÁS PROMOTORIA DE LIQUIDAÇÃO - PROLIQUIDAÇÃO GABINETE

ATO DE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO N.º 001/2015 - C.E.A./PROLIQUIDAÇÃO

O Liquidante das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em processo de liquidação sob o controle acionário do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, torna público, a quem interessar e aos Leiloeiros Oficiais credenciados pelo Credenciamento n.º 001/2015 - Processo Administrativo n.º 2015/0005003393, respeitada a ordem de sorteio de chamamento já em andamento dos leiloeiros credenciados, <u>AUTORIZA,</u> como de fato autorizado esté, a <u>PRORROGAÇÃO</u>, em igual prazo, qual seja de 12 (doze) meses, contado partir da data da publicação do presente ato, nos termos do Edital de Credenciamento n.º 001/2015, seguindo a respectiva ordem

	JOÃO PAULO DE SOUSA GUALBERTO cobex@terra.com.br	CPF n.º 656,020,991-15
		Matricula JUCEG nº. 021
100	ALESSANDRA BRASIL DO VALE leiloesbrasil@leiloesbrasil.com.br	CPF nº. 532,410.611-91
10		Matricula JUCEG nº. 036
11	LEONY GOMES DOS SANTOS JUNIOR	CPF 288.468.931-15
	leonyir@lelloesbrasil.com.br	Matricula JUCEG nº. 034
12	EDUARDO VINÍCIUS FLEURY LÓBO eduardo@portaligilomaster.com.br	CPF 845.430.431-20
		Matrícula JUCEG nº. 048
13	UBALDO JORDÃO	CPF n.º 026.037.481-49
	ubaido@ubaldolelloes.com.br	Matricula JUCEG nº. 002
	CLAIDE CARVALHO BRASIL	CPF nº. 037.329.081-00
1	brastl@lelloesbrastl.com.br	Matricula JUCEG nº. 005
7 10 10	JOÃO ALVES BARROS	CPF 052.040.461-00
2	barros@portalleilomaster.com.br	Matricula JUCEG nº. 007
	ÁLVARO SÉRGIO FUZO	CPF n.º 162.127.032-72
3	contato@lelloesjudiciaisgo.com.br	Matricula JUCEG nº, 035
100	MÁRCIA REGINA CARDELLICCHIO NUNES	CPF nº. 899.105.401-34
4	ielloeira@mciellao.com.br	Matricula JUCEG nº. 018
0.00	FELIPE GUIMARĂES CARRIJO	CPF 820.864.271-15
5	felipe@portaliellomaster.com.br	Matricula JUCEG nº. 039
6	BRÁULIO FERREIRA NETO	CPF n.º 122.057.701-44
	braulioferreira@uol.com.br	Matricula JUCEG nº, 014
	ANTONIO BRASIL II	CPF nº. 633.531.561-00
7	antoniobrasil@leiloesbrasil.com.br	Matrícula JUCEG nº. 019
1 100	IVANA ABRANCHES JORDÃO COSTA	CPF n.º 873.691.501-78
8	uhaido@ubaldolelioes.com.br	Matricula JUCEG nº. 024

GABINETE DO PRESIDENTE DA PROMOTORIA DE LIQUIDAÇÃO E LIQUIDANTE DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA EM LIQUIDAÇÃO, em Goiânia, aos 20 dias do mês de junho do ano de

Oll Hall Wall

SECRETARIA DE GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Portaria nº 77/2016-GAB

O Secretário de Governo do Estado de Goiás, tendo em vista o que dispõe o art.4°, inciso I da Lei 9.785, de 7 de outubro de 1985, alterada pela Lei 19.264, de 26 de abril de 2016, RESOLVE:

Art. 1º A Tabela de Honorários a que alude o art.4º, inciso I, da Lei nº 9.785/85, é a que consta do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Farão jus à percepção de honorários a serem pagos pelos cofres públicos do Estado a(o) advogado(a) que presta servico de assistência judiciária ou de defensoria dativa

Art.3º Não serão devidos os honorários a que se refere essa Portaria:

a) Quando a parte beneficiária da assistência patrocinada por advogado dativo for vencedora na causa e o vencido não usufruir dos benefícios da assistência judiciária gratuita;

b) Quando, por ação ou omissão imputável ao advogado nomeado parte beneficiária da assistência, o processo vier a ser extinto, sem julgamento de mérito:

1) por indeferimento, pelo juiz, da petição inicial;

2) por paralisação do processo, por mais de um ano em virtude de negligência da parte; 3) pela não promoção, pelo autor, de atos e diligências

necessárias, deixando a causa abandonada por mais de trinta dias; 4) por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

5) pela verificação de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;



6) pela inocorrência de qualquer das condições da ação Art. 4º Também não farão jus à percepção de honorários pagos pelo Estado:

a) Os advgados que tiverem vínculo empregatício com o Estado; b) Os advogados que funcionarem em causas que correrem nas Comarcas que contam os serviços da Defensoria Pública do

Art.5º Os honorários só deverão ser fixados pelo juiz após o trânsito em julgado da sentença.

Art.6º O pagamento de remuneração devida aos advogados pelos serviços prestados aos necessitados na forma da Lei nº 9.785, de 07 de outubro de 1.985, far-se-á mediante requerimento do interessado, devidamente instruído, e autorização do Titular da Secretária de Estado de Governo.

Art.7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, em Goiânia, 23 de Junho de 2016.

HENRIQUE TIBÚRCIO SECRETÁRIO



Defenda sua família, seus vizinhos, sua comunidade. Não basta combater o mosquito. Precisamos eliminar seus criadouros e qualquer local ou recipiente que acumule água parada.



SEUS ÓRGÃOS

DOE SEUS ÓRGÃOS, ASSIM COMO EM VIDA DOAMOS UM ABRAÇO, UM APERTO DE MÃOS, UMA CONVERSA AMIGA, ALGUMAS PALAVRAS OU ATÉ MESMO UMA LETRA.

